



Simulado Especial

ISS

MOSSORÓ RN

CARGO 3: AUDITOR FISCAL

DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial ISS Mossoró - RN (Auditor Fiscal de Tributos Municipais)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Tributos Municipais do ISS Mossoró RN**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

[CLIQUE PARA PREENCHER O GABARITO](#)

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Lucas***TEXTO I**

A regressividade da tributação está relacionada ao elevado peso dos tributos indiretos no total da carga tributária. Famílias com rendas diferentes acabam pagando igual valor em tributos embutidos no preço de um mesmo produto. Uma forma de atenuar este efeito regressivo seria fixar alíquotas mais baixas para itens essenciais, reduzindo assim o peso dos tributos para as famílias de menor renda, afinal, elas gastam a maior parte do orçamento com estes itens, entre os quais estão os componentes da cesta básica.

Outra forma de atuar para reduzir a regressividade da tributação indireta seria aumentar as alíquotas dos tributos que incidem sobre itens supérfluos ou de luxo. Assim, os efeitos de uma desoneração da cesta básica sobre a arrecadação tributária seriam compensados, ao menos parcialmente, pela maior incidência tributária sobre bens supérfluos, não essenciais.

Quais seriam tais itens e o que é possível e necessário ser feito para elevar tais impostos? Imediatamente se pensa que deveriam ser tributados mais fortemente os itens não essenciais à sobrevivência humana. O conceito do que é essencial e do que é supérfluo muda com o desenvolvimento da sociedade. Por exemplo, hoje, a eletricidade é um serviço básico necessário a qualquer um, mas, no passado, estava restrito às cidades. Outro exemplo é o celular, que há pouco tempo era item de luxo e atualmente é um meio de comunicação de uso geral.

Contrariamente, o senso comum indica, por exemplo, que bebidas alcoólicas e cigarros não são essenciais e deveriam, até por motivos de proteção à saúde pública, ser fortemente tributados. Um critério para se identificar os itens supérfluos e de

luxo seria observar o consumo em relação à renda do consumidor. Se o consumo de um produto aumenta mais do que cresce a renda do consumidor, então este item poderia ser classificado como supérfluo. Nesse sentido, viagens internacionais, joias, perfumes e cosméticos poderiam ser tributados com alíquotas mais altas, para dar margem à redução de impostos sobre alimentos, transporte coletivo, eletricidade residencial, remédios, entre outros.

Novamente, a exemplo da isenção da cesta básica, o assunto é complexo e com múltiplas repercussões. Um debate, com ampla participação de técnicos, acadêmicos e representantes de governos e da sociedade civil, seria a melhor forma de tratar esta questão. A partir da discussão, seriam indicados os bens e serviços definidos como supérfluos para fins de tributação, assim como os tributos e alíquotas a serem aumentados. Um fórum assim constituído estaria habilitado a propor iniciativas de legislação que seriam conduzidas pelos poderes Executivo e Legislativo.

Adaptado de https://www.dieese.org.br/cartilha/2013/10ideias_completo.pdf

Acerca das ideias e dos elementos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

- 01.** No primeiro período, o conceito de tributo indireto não é apresentado, sendo presumido seu conhecimento por parte do leitor.
- 02.** Infere-se do primeiro parágrafo que o pagamento de tributos embutidos é proporcional às rendas diferentes das famílias.
- 03.** O texto discute diversas formas de fomentar a regressividade tributária.

04. Prejudicaria a correção gramatical a troca de "este" por "esse" em " Uma forma de atenuar este efeito regressivo".
05. Infere-se do texto que a concepção de supérfluo é uma construção sócio-histórica e dinâmica.
06. De acordo com o texto, uma forma de mensurar a essencialidade dos bens é a sensibilidade de sua demanda a um aumento de renda.
07. Depreende-se do terceiro parágrafo que o celular é um bem supérfluo.
08. Sem prejuízo gramatical ou semântico, o período " Outro exemplo é o celular, que há pouco tempo era item de luxo e atualmente é um meio de comunicação de uso geral" poderia ser assim reescrito: **Outro exemplo é o smartphone, o qual faz pouco tempo atrás era item de luxo e atualmente é um meio comunicativo geral.**
09. Os vocábulos "Uma", em "Uma forma", e "Outra, em "Outra forma", possuem a mesma classificação morfológica.
10. O vocábulo "famílias" pode ter seu acento justificado por mais de uma regra.

TEXTO II

Ao contrário da análise gramatical, que se concentra na estrutura das sentenças, a Análise do Discurso se concentra no uso amplo e geral da linguagem dentro e entre grupos específicos de pessoas. Em análises textuais, os gramáticos percebem a língua pela descrição da sua organização e muitas vezes examinam textos isoladamente em busca de elementos que contribuam com a análise (e.g. uso de palavras, escolhas estilísticas etc.). A Análise do Discurso, no entanto, considera as mais diferentes formas materiais significantes, além da noção de sujeito – não o sujeito da análise sintática, mas o ser que fala, no mundo (seu contexto social e cultural), interpolado por uma ideologia. Em outras palavras, a Análise do Discurso considera que não há neutralidade nem sequer no uso mais rotineiro da linguagem.

Não obstante, isso não significa que devemos desconsiderar o sistema linguístico, os objetos simbólicos, a gramática – instrumento de descrição e sistematização das línguas. Muito pelo contrário. Tanto o sistema linguístico quanto o processo discursivo são constituintes de uma articulação entre a Linguística e processos ideológicos científicos. Apesar de serem conceitos distintos, eles são complementares, já que as leis internas que regem o sistema linguístico são a base comum para o processo discursivo. Porém, enquanto o sistema da língua é o mesmo para os mais diversos personagens, o discurso está inserido em um processo associado com a constituição dos sentidos.

Mas o que seria isso? As palavras podem mudar de sentido, dependendo de quem as emprega, da posição que essa pessoa ocupa, de onde e do momento em que as palavras são usadas etc. São estas circunstâncias sócio-históricas que permitem que um determinado sentido seja construído. Há, na Análise do Discurso, um elemento fundamental que determina o que pode (ou não) ser dito em um certo contexto. Chamamos este elemento de

formação discursiva. Esta noção tão importante nos ajuda a entender que os sentidos dentro dos discursos têm uma carga ideológica. Isto é, tudo que falamos ou escrevemos possui um traço ideológico que produz efeitos e muitas vezes nem percebemos. A Análise do Discurso trata dessa relação entre a linguagem e a ideologia.

<https://www.roseta.org.br/2020/03/25/o-que-e-analise-do-discurso-como-pode-ser-usada-e-o-que-a-difere-de-uma-analise-gramatical/>

Sobre os elementos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

11. De acordo com o texto, a análise do discurso interpreta os enunciados de forma mais abrangente do que a gramática.
12. Infere-se do texto que a análise do discurso não concebe a possibilidade de estruturas linguísticas sem uma opinião embutida.
13. No último período do primeiro parágrafo, a forma "nem" poderia ser suprimida, sem prejuízo aos sentidos originais ou à correção gramatical do texto.
14. A forma "devemos", no segundo parágrafo, possui valor inclusivo.

15. O conectivo "Não obstante", no segundo parágrafo, poderia ser substituído por "Conquanto", sem alteração dos sentidos originais.

16. Depreende-se do texto que a análise das estruturas gramaticais e a discursiva não são mutuamente excludentes, uma vez que esta depende daquelas.

17. No último parágrafo, a substituição de "de quem" por "da pessoa que" e "de onde" por "do lugar" prejudicaria o paralelismo do período.

18. Na análise dos discursos, a semântica pode variar em função do momento e dos interlocutores envolvidos no processo comunicativo.

19. No segmento "São estas circunstâncias sócio-históricas que permitem que um determinado sentido seja construído", o vocábulo "que", antes de "permitem", retoma "circunstâncias".

20. No segundo parágrafo, a substituição de "serem" por "ser" – **Apesar de ser conceitos diferentes** – prejudicaria a correção gramatical.

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

- 21.** No Windows 10, a assistente virtual, Cortana, utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva para conseguir interagir de forma cada vez mais integrada com o usuário específico, aprendendo seus hábitos e pequenas idiossincrasias.
- 22.** No Windows Explorer, ferramenta do Windows 10, é possível exibir elementos nos modos de exibição: Lista, Detalhes, Ícones Extra Grandes, dentre outros.
- 23.** No Word, a funcionalidade Pincel permite preencher o interior de imagens e elementos existentes no texto.
- 24.** No Excel é possível o uso de funções pré-determinadas, porém aquelas que contiverem acento ortográfico em seu nome (descrição) só serão reconhecidas se forem escritas com o acento.
- 25.** O One Drive é o aplicativo de email da Microsoft que recentemente abriu o seu código no mercado.
- 26.** O tipo de spam utilizado para o envio de apresentações com o intuito de introduzir Trojans nas máquinas é conhecido como hoax.
- 27.** No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele, serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.
- 28.** A Dark Web não pode ter seu conteúdo acessado pelos navegadores normais.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

- 29.** Com relação aos direitos humanos e sua relação com as garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir. O habeas corpus é um direito e a liberdade de locomoção é uma garantia desse direito.
- 30.** À luz das disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o item a seguir. Entre os crimes considerados imprescritíveis pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluem-se o de racismo e os hediondos.
- 31.** A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, estados, servidores públicos, competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do STF. É vedada a ampliação, em Constituição estadual, do rol de autoridades sujeitas à fiscalização do Poder Legislativo.
- 32.** A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, estados, servidores públicos, competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do STF. Compete ao STF julgar, em sede de recurso ordinário, as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, a União, estado, município, o Distrito Federal ou pessoa residente no Brasil.
- 33.** A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, estados, servidores públicos, competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do STF. É lícito ao órgão de controle interno restringir a manifestação político-partidária nas redes sociais de servidores públicos estaduais.

34. Considerando as disposições da Constituição Federal, julgue o item a seguir. Fiscalizar as concessões de exploração de recursos hídricos é da competência exclusiva dos estados e do Distrito Federal.

35. Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte. É garantido o seguro-desemprego, cuja finalidade é assegurar assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado voluntariamente.

36. Tendo em vista os direitos e deveres individuais e coletivos inseridos no art. 5º da Constituição Federal, julgue o item subsequente. Conforme a Constituição Federal, constitui crime inafiançável o tráfico ilícito de entorpecentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

37. O princípio da continuidade dos serviços públicos abarca os serviços prestados de forma direta ou indireta.

38. A Administração Pública, com fundamento no poder de autotutela, tem a prerrogativa de revogar seus atos ilegais.

39. O julgamento das contas do Governador do Estado do Rio Grande do Norte fica a cargo do Tribunal de Contas daquele Estado.

40. A Administração Pública pode alterar o seu entendimento em relação a determinado dispositivo legal vigente, desde que não aplique a nova interpretação de forma retroativa.

41. A descentralização refere-se à repartição de funções entre órgãos de diferentes hierarquias da administração pública.

42. O Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado no sentido de que o processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.

43. O poder de polícia administrativo limita, condiciona ou disciplina direitos, interesses ou liberdades individuais, regulando e fiscalizando atos civis ou penais.

44. Para a seleção de propostas relacionadas a atividades de natureza artística, técnica ou científica, a modalidade licitatória apropriada é o pregão.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL*Rodrigo Francelino*

- 45.** A Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político constituem valores fundamentais do município de Mossoró.
- 46.** É uma competência comum do Município de Mossoró, da União e do Estado do Rio Grande do Norte, na forma prevista em lei complementar federal fiscalizar os quintais e terrenos baldios, notificando os proprietários e mantê-los aseados, murados e com as calçadas correspondentes as suas testadas devidamente construídas, sob pena de execução direta pela Administração e, sem prejuízo de sanções, cobrança do custo respectivo ao proprietário.
- 47.** A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei
- 48.** Segundo a Lei Orgânica do Município de Mossoró O processo legislativo municipal compreende a elaboração de medidas provisórias.
- 49.** Código Tributário do Município será criado mediante Lei Complementar, com maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- 50.** Segundo a Lei Orgânica do Município de Mossoró, caso ocorra vacância do cargo de Prefeito e Vice-Prefeito no último ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE GERAL***Silvio Sandre*

51. Na ausência de um mercado ativo, o valor justo dos instrumentos financeiros é o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

52. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Um técnico tributário, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa SSAA S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 2.000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela SSAA S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram quatro cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

cenário	desembolso	Probabilidade
1	R\$ 2.000.000	10%
2	R\$ 1.600.000	15%
3	R\$ 1.000.000	20%
4	R\$ 800.000	25%
5	R\$ 600.000	30%

Nessa situação, a empresa SSAA S.A. não deverá reconhecer nenhuma provisão.

53. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

A empresa Baraúna, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R\$ 120.000,00, com a alíquota de IPI em 17% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 20%.

A empresa deverá contabilizar como custos das mercadorias um valor superior a R\$ 100.000,00.

54. O total de dividendos reconhecidos como distribuição aos acionistas durante dado exercício pode ser evidenciado no Balanço Patrimonial.

55. Na demonstração do valor adicionado, que contempla informações relacionadas à criação e à distribuição de riqueza por parte de uma entidade, as receitas correspondentes a construção de ativos próprios, devem ser classificadas como valores adicionados gerados pela entidade.

56. Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda de apresentação da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.

57. O ajuste correspondente a um instrumento financeiro avaliado a valor justo por meio de resultado altera o resultado abrangente total do período.

Considere as informações para resolver as questões **58 e 59**

Considere que uma empresa tenha obtido receita de vendas de R\$ 500 mil ao vender 20 mil unidades de seu único produto, obtendo lucro operacional líquido de R\$ 80 mil, antes de dedução do IR. Considere, ainda, que a empresa possua custos e despesas fixas de R\$ 120 mil. Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

58. O grau de alavancagem operacional da empresa, na situação apresentada, é igual a 4 vezes.

59. A empresa acima referida possui margem de segurança igual a 40% no momento dado.

60. Ao analisarmos as demonstrações financeiras da empresa UCT S/A, percebemos que a relação entre as fontes de recursos é de 60%, pode-se concluir o endividamento geral dessa empresa será 37,5%.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

61. A obtenção de evidência apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável é questão de julgamento profissional do auditor.

62. Um auditor fiscal designado para substituir um colega em uma equipe de auditoria foi requisitado a aplicar uma técnica de auditoria que gerasse evidências sobre a efetividade dos controles e a segregação de funções durante a execução de um processo de recebimentos e registro de matérias-primas em um parque fabril. Nesse caso, o procedimento mais adequado para obtenção dessa evidência é a confirmação externa.

63. Em análises estatísticas, somente as amostragens probabilísticas permitem a correta generalização para a população dos resultados amostrais. Um tipo de amostragem que pode cumprir esse objetivo é a amostragem aleatória simples. Ao definir pela aplicação desse tipo de amostragem, um auditor deve considerar que é necessário garantir que todos os estratos da população sejam representados nos elementos amostrais.

64. Um auditor fiscal foi designado para uma equipe de trabalho de auditoria em uma empresa de grande porte e uma das suas atribuições foi analisar o faturamento com vendas de alimentos que compõem a cesta básica nos últimos cinco anos, com foco no comportamento dos alimentos mais representativos em termos de valores vendidos. O objetivo era buscar evidências de variações relevantes. Um procedimento recomendado para essa atribuição é a revisão analítica.

65. Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados. De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor deve emitir uma opinião com ressalvas.

66. Um exemplo de teste de controle é a ação do auditor destinada a confrontar as informações constantes das demonstrações contábeis com os registros contábeis que lhe oferecem suporte.

67. De acordo com a Lei Complementar nº 105/2001, as autoridades e os agentes fiscais tributários dos estados somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver prévia ou expressa autorização judicial concedida em processo judicial fundamentado.

68. Passivo Fictício corresponde a títulos de crédito decorrentes de compra a prazo já pagos, mas não baixados da contabilidade da sociedade devedora.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

69. A legislação específica de Mossoró considera como Crime de Sonegação Fiscal tanto as ações comissivas quanto as omissivas que visem a obstruir ou atrasar, de forma total ou parcial, o reconhecimento, por parte da Autoridade Fiscal, da ocorrência do Fato Gerador da obrigação tributária, incluindo sua natureza ou aspectos materiais.

70. De acordo com o Código Tributário Municipal de Mossoró, o prazo estabelecido para o julgamento final do Processo Contencioso, contemplando ambos os graus de jurisdição, é de 190 dias.

71. O Tribunal Administrativo de Tributos Municipais (TATM) tem a competência exclusiva para julgar, em segunda instância administrativa, os recursos voluntários e de ofício, inclusive em relação às decisões que abordem questões não tributárias.

72. No âmbito do Código Tributário Municipal de Mossoró, o Sujeito Passivo tem o direito de contestar o valor da base de cálculo do ITBI, podendo solicitar uma nova avaliação ao DEPAIJ, que deverá emitir uma decisão em Primeira Instância Administrativa dentro de um prazo de 30 dias, após consultar a autoridade fiscal responsável pela Avaliação de Imóveis.

73. Segundo o Código Tributário Municipal de Mossoró, é garantido ao Sujeito Passivo o direito de realizar Consultas sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária a qualquer momento, independente da instauração de Ação Fiscal.

74. O exercício do Poder de Polícia administrativa, conforme estabelecido pelo Código Tributário Municipal de Mossoró, está limitado apenas às atividades lucrativas que requerem licenciamento prévio do Município.

75. De acordo com o Código Tributário Municipal de Mossoró, é facultativo ao contribuinte a conservação dos documentos, livros fiscais e contábeis, bem como dos comprovantes de lançamentos neles efetuados, independentemente da prescrição dos créditos tributários relacionados às operações documentadas.

76. Segundo o Código Tributário Municipal de Mossoró, os contribuintes do ISS são dispensados da obrigação de declarar operações tributáveis quando estas se encontram sob a condição de isenção do imposto.

77. O valor pago a título de ITBI em Mossoró somente poderá ser restituído caso comprovada a conduta dolosa das partes envolvidas na negociação imobiliária.

78. Conforme o Código Tributário Municipal de Mossoró, em casos de bem imóvel sob compromisso de venda e compra, o lançamento do IPTU pode ser realizado em nome do promitente vendedor, do promissário comprador, ou de ambos, estabelecendo-se a responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto entre as partes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

79. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita aos mesmos princípios tributários que o tributo a que se refere.

80. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, no que se refere à Medida Provisória, julgue o item a seguir:

Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, salvo exceções previstas na Constituição Federal, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se tiver sido convertida em lei até o último dia do ano em que foi editada.

81. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

A imunidade veda a instituição de tributos reciprocamente entre os entes federados aos quais é atribuída constitucionalmente a competência para instituir tributos.

82. Sobre os conceitos de bitributação e *bis in idem*, julgue o item a seguir:

Ocorre bitributação quando o mesmo ente tributante edita leis distintas que estabelecem múltiplas exigências tributárias em razão do mesmo fato gerador.

83. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

A redução de benefício fiscal é considerada como aumento indireto de tributo, se submetendo, desta forma, ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

84. A respeito da Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

Vacatio legis é o período em que a norma jurídica não tem eficácia, embora esteja vigente.

85. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores a respeito de Responsabilidade Tributária, julgue o item a seguir:

Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

86. Julgue o seguinte item, a respeito de obrigação tributária e crédito tributário:

Caso o contribuinte possua créditos inscritos em dívida ativa integralmente garantidos por penhora ou créditos com a exigibilidade suspensa, é permitido que lhe seja expedida certidão de regularidade fiscal.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

87. De acordo com a jurisprudência acerca da execução fiscal, julgue: A inscrição da dívida ativa tributária suspende a prescrição para todos os efeitos de direito por 180 dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

88. O despacho do juiz que deferir a inicial não importa em ordem para registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas.

89. Acerca da Lei 8397/92, julgue o item a seguir: O procedimento cautelar fiscal pode ser instaurado somente após a constituição do crédito tributário.

90. Considerando as regras dispostas na Lei 8397/92, que institui a medida cautelar fiscal, julgue o item a seguir: A decretação da medida cautelar fiscal imediatamente produz a indisponibilidade dos bens do requerido.

Texto aplicável às questões 91 e 92:

Considere a situação hipotética narrada a seguir para responder os dois itens subsequentes: Durante uma fiscalização rotineira, a Receita Federal descobriu que a hipotética empresa "Doces Momentos Ltda.", uma empresa dedicada à fabricação de doces artesanais, não declarou todas as receitas provenientes de vendas online. A empresa alega que um erro no sistema foi o responsável por não integrar uma parcela das vendas ao seu sistema contábil, resultando na omissão desses valores em suas declarações fiscais.

91. No caso especificado, a Receita Federal deve realizar o lançamento de ofício para constituir o crédito referente a valores devidos decorrentes da omissão de receitas identificada na empresa "Doces Momentos Ltda.".

92. A empresa "Doces Momentos Ltda." pode realizar a denúncia espontânea, desde que o lançamento tributário ainda não tenha sido notificado.

**ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO + LRF**

Leandro Ravvella

93. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

94. O que mais motivou as inovações orçamentárias e o aspecto contemporâneo das finanças públicas no Brasil foi a flexibilidade orçamentária, uma vez que a grande parte do orçamento brasileiro ainda não é impositivo.

95. Com relação a um orçamento focado no curto prazo, nos moldes da lei orçamentária anual vigente, pouco se conhece, por exemplo, sobre como um aumento mais imediato de despesas pode comprometer o espaço fiscal para investimentos públicos no futuro.

96. Tendo em vista a elevada quantidade de leis que estipulam vinculações de receitas, restam poucos recursos livres disponíveis para o governo federal financiar políticas públicas discricionárias.

97. A classificação por esfera orçamentária tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento da União, Estados, DF ou Municípios e é de aplicação obrigatória a todos os entes.

98. Nem todas as etapas citadas ocorrem para todos os tipos de despesas orçamentárias. Pode ocorrer liquidação de despesas não fixadas e também das que não foram empenhadas, como é o caso de uma doação a ser feita pelos órgãos públicos.

99. O resultado do Banco Central e remuneração das disponibilidades do Tesouro são classificados como outras receitas correntes.

100. O Recolhimento da receita consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

- 101.** A obrigação resultante de contrato rege-se pelo princípio da *lex domicilii*, reputando-se constituída no lugar onde for domiciliado o proponente.
- 102.** Segundo jurisprudência majoritária do STF, o direito ao esquecimento encontra-se contemplado pelo sistema jurídico brasileiro.
- 103.** O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- 104.** A revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- 105.** O caseiro de um imóvel praiano, que zela pela sua conservação e segurança sob as ordens do proprietário, pode-se considerar possuidor direto do bem.
- 106.** É lícita, no Brasil, a contração de casamento avuncular, desde que precedido de perícia médica autorizada pelo juiz.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

107. O suprimimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Acerca do assunto, julgue a assertiva a seguir:

No momento da liquidação da despesa orçamentária referente ao adiantamento há o reconhecimento de uma obrigação em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva.

108. Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Acerca do assunto, julgue a assertiva a seguir:

No âmbito federal, a competência para a gestão administrativa e judicial da dívida ativa é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

109. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue a assertiva:

Compõe a classe 8 (Controles Credores) do PCASP os grupos de contas: Execução dos Atos Potenciais, Execução da Dívida Ativa e a Execução dos Riscos Fiscais.

Acerca da mensuração de ativos e passivos no setor público, julgue as assertivas a seguir:

110. As provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir o valor presente na data das demonstrações.

111. O preço presumido é uma base de mensuração de passivo a valor de saída, observável no mercado e específica para a entidade.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

112. No quadro principal do balanço orçamentário, as receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

113. No balanço patrimonial, os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos, utilizando-se o terceiro e quarto nível do código das contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

114. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), segundo o método da função, apresenta suas variações patrimoniais diminutivas (despesas) associadas às principais funções empreendidas pela entidade, em geral, de forma conjunta.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

- 115.** A função econômica alocativa do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais ou por meio e concessões públicas.
- 116.** A função distributiva do Estado efetua transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de renda a fim de garantir a equidade distributiva.
- 117.** A função estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir a manutenção de preços estáveis e o alto nível de emprego dentro da economia.
- 118.** A função econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
- 119.** A função alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.
- 120.** A função alocativa tem a característica de excluir ninguém e nem de concorrer com os bens privados.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

[ESTRATÉGIA ASSINATURAS](#)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

[SISTEMA DE QUESTÕES](#)
